

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.827.988 - CE (2019/0204585-5)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
RECORRENTE : **BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA**
ADVOGADOS : **CLAUDIO CHAVES ARRUDA E OUTRO(S) - CE013162**
 : **PAULO ROBERTO DE SOUSA CARDOSO - CE023263**
RECORRIDO : **GRANITOS ROCK LTDA**
ADVOGADO : **EMÍLIO FERNANDES DINIZ E OUTRO(S) - CE012952**

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATOS BANCÁRIOS. 1. ALEGAÇÃO GENÉRICA DE NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. 2. ORIGEM DA VERBA. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO DA LEI FEDERAL. ENUNCIADO N. 284 DA SÚMULA DO STF. 3. APLICAÇÃO DO CDC. REDUÇÃO DA MULTA MORATÓRIA. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. 4. RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.

DECISÃO

Granitos Rock Ltda. promoveu ação em desfavor de Banco do Nordeste do Brasil S.A. postulando a revisão de cláusulas contratuais estabelecidas em operações de crédito industrial.

O Magistrado de primeiro grau julgou procedente o pedido para "declarar abusivas e nulas as cláusulas dos chamados 'encargos de inadimplemento', devendo prevalecer em substituição aos mesmos, os encargos previstos nas leis, cujas conseqüências deverão ser apuradas na liquidação desta sentença, com a repetição do indébito por ventura apurada a favor do autor, em face da compensação entre débitos e créditos" (e-STJ, fl. 429).

Interposta apelação pelo banco, a Sétima Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Ceará negou-lhe provimento, em acórdão assim ementado (e-STJ, fls. 579-583):

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO REVISIONAL. CÉDULA DE CRÉDITO INDUSTRIAL. VERBAS ORIUNDAS DO FNE. APLICABILIDADE DO CDC. POSSIBILIDADE. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA Nº 297 DO STJ. LIMITAÇÃO DA MULTA MORATÓRIA EM 2% (DOIS POR CENTO). VIABILIDADE. ENTENDIMENTO DA SÚMULA Nº 285 DO

Superior Tribunal de Justiça

STJ C/C ART. 52, §1º DO CDC. IMPOSSIBILIDADE DE CAPITALIZAÇÃO DE JUROS QUANDO NÃO CONTRATADA. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA AFASTADA. LIMITAÇÃO DA TAXA DE JUROS REMUNERATÓRIOS EM 8% (OITO POR CENTO) AO ANO CONSOANTE REDAÇÃO ORIGINAL DO ART. 12 DA LEI Nº 7.827/89 QUE REGE OS EMPRÉSTIMOS RELATIVOS À VERBAS ORIUNDAS DO FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE. APELAÇÃO CONHECIDA E IMPROVIDA.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Banco do Nordeste do Brasil S.A. interpõe recurso especial, fundamentado na alínea *a* do permissivo constitucional, apontando violação aos arts. 463, I, e 535 do CPC/1973; e 1º, 2º e 52, § 1º, do CDC.

Sustenta, em síntese, ter havido negativa de prestação jurisdicional por parte do Tribunal de origem e a inexistência de relação de consumo entre as partes, a afastar a incidência do Código de Defesa do Consumidor e, consequentemente, a limitação da multa moratória.

Defende, ainda, que os recursos contratados são oriundos do BNDES e não do FNE, sendo inaplicável, portanto, a Lei n. 7.287/1989, a qual fundamentou a limitação dos juros remuneratórios.

Contrarrazões apresentadas às fls. 1.184-1.216 (e-STJ).

Brevemente relatado, decido.

De início, no tocante à alegação de ter havido negativa de prestação jurisdicional por parte do Tribunal estadual, verifica-se que a recorrente não demonstrou de que modo os arts. 463 e 535 do CPC/1973 foram violados pelo acórdão recorrido, porquanto não indicados, na petição de recurso especial, os pontos do acórdão embargado tidos como omissos, obscuros ou contraditórios.

Dessa forma, a fundamentação apresentada no recurso se mostra deficiente, dada a alegação genérica de afronta a dispositivo de lei federal, atraindo, assim, a incidência do verbete n. 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL.

Superior Tribunal de Justiça

ACIDENTE DE TRÂNSITO. AFRONTA AO ART. 535 DO CPC NÃO DEMONSTRADA. SÚMULA N. 284/STF. OFENSA AO ART. 557 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. JULGAMENTO MONOCRÁTICO. EXAME PELO COLEGIADO EM SEDE DE AGRAVO INTERNO. DANO MORAL E DANO ESTÉTICO. RAZOABILIDADE NA FIXAÇÃO DO QUANTUM. REEXAME. INADMISSIBILIDADE. ÓBICE DA SÚMULA N. 7/STJ. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS N. 282 E 356 DO STF. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. RESPONSABILIDADE CONTRATUAL. SEGURO DPVAT. DEDUÇÃO. INOVAÇÃO RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE. DECISÃO MANTIDA. 1. Considera-se deficiente a fundamentação do recurso especial que alega violação do art. 535 do CPC e não demonstra, clara e objetivamente, qual ponto omissivo, contraditório ou obscuro do acórdão recorrido não foi sanado no julgamento dos embargos de declaração. Incidência da Súmula n. 284 do STF. 2. [...] 6. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AREsp n. 709.971/RJ, Relator o Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe 22/10/2015.)

Outrossim, em relação à tese de que as verbas são oriundas do BNDES, constata-se que as razões do recurso especial não permitem identificar de que forma se deu a violação à lei federal, pois a recorrente não apontou quais dispositivos teriam sido ofendidos ou tiveram a interpretação divergente pela jurisprudência.

É importante ponderar que o recurso especial é reclamo de natureza vinculada e, para o seu cabimento, inclusive quando apontado o dissídio jurisprudencial, é imprescindível que se demonstrem de forma clara os dispositivos apontados como malferidos pela decisão recorrida, sob pena de inadmissão.

Desse modo, impõe-se a incidência do entendimento jurisprudencial expresso no enunciado n. 284 da Súmula do STF, aplicado reiteradamente também no juízo de admissibilidade do recurso especial por esta Casa.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. OFENSA A DISPOSITIVOS LEGAIS. NÃO INDICAÇÃO. APLICAÇÃO DAS SÚMULAS N.ºS 283 E 284 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N.º 7 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. 1. É inadmissível o inconformismo por deficiência na fundamentação quando as razões do recurso não evidenciam de que forma os dispositivos legais invocados foram violados. Aplicação das Súmulas n.ºs 283 e 284 do Supremo Tribunal Federal. 2. A

Superior Tribunal de Justiça

reapreciação da conclusão do aresto impugnado encontra óbice, no caso concreto, na Súmula nº 7 do Superior Tribunal de Justiça. 3. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp n. 424.722/SP, Relator o Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 7/4/2015, DJe 13/4/2015)

Por fim, verifica-se que o Tribunal de origem manteve a redução da multa moratória em 2%, ao argumento de que o contrato deve observar a limitação prevista no art. 52, § 1º, do CDC, considerando que foi celebrado após a sua vigência (Súmula n. 285/STJ).

Com efeito, constata-se que o acórdão recorrido adotou posicionamento conforme a jurisprudência do STJ, tornando-se imperiosa a incidência da Súmula 83/STJ.

Confiram-se os seguintes precedentes:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REVISÃO. CÉDULA DE CRÉDITO RURAL. COOPERATIVA. APLICAÇÃO DO CDC. MULTA CONTRATUAL. REDUÇÃO PARA 2%. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, "equiparando-se a atividade da Cooperativa àquelas típicas das instituições financeiras, aplicáveis são as regras do CDC, a teor do enunciado sumular 297/STJ" (AgRg no Ag 1.088.329/PR, Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti). 2. Na espécie, as cédulas de produto rural foram emitidas com a finalidade de fornecer ao recorrente recursos financeiros para financiar sua atividade agrícola. 3. Nas contratações celebradas após a edição da Lei 9.298/96, que alterou o CDC, a multa moratória deve incidir no percentual máximo de 2% (dois por cento).

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp n. 1.219.543/RS, Relator o Ministro Lázaro Guimarães (Desembargador convocado do TRF 5ª Região), Quarta Turma, julgado em 12/12/2017, DJe 18/12/2017)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL. CÉDULA DE CRÉDITO RURAL. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DOS JUROS. POSSIBILIDADE. FALTA DE PACTUAÇÃO. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS E INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS N. 5 E 7 DO STJ. MULTA MORATÓRIA. REDUÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. CONTRATO ANTERIOR À LEI N. 9.298/1996. DECISÃO MANTIDA.

1. "A legislação sobre cédulas de crédito rural admite o pacto de capitalização de juros em periodicidade inferior à semestral" (REsp

Superior Tribunal de Justiça

n. 1.333.977/MT, Relatora Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/02/2014, DJe 12/03/2014).

2. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos e interpretação de cláusulas contratuais (Súmulas n. 5 e 7 do STJ).

3. No caso concreto, o Tribunal de origem, a partir do exame dos elementos de prova e da interpretação de cláusulas contratuais, concluiu pela existência de cláusula prevendo a capitalização mensal dos juros.

4. A redução da multa moratória de 10% para 2%, com fundamento na Lei 9.298/1996, que alterou o art. 52, § 1º, do CDC, somente é possível nos contratos celebrados após a sua vigência (Súmula n. 285/STJ).

5. Correta a decisão que, ao negar provimento ao agravo nos próprios autos, majorou em 20% (vinte por cento) o valor dos honorários advocatícios, nos estritos limites do art. 85, § 11, do CPC/2015, levando em conta os requisitos previstos nos incisos I a IV do § 2º do mesmo dispositivo.

6. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp n. 1.664.008/TO, Relator o Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, julgado em 24/10/2017, DJe 30/10/2017)

Ante o exposto, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator